# *Um Mitógrafo no Império: a Construção dos Mitos da História Nacionalista do Século XIX*

*Maria Helena P. T. Machado*

Entre tantas questões que estiveram em pauta no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade, ressalta o problema da construção de uma identidade e de uma história nacionais. De fato, no quadro dos eventos políticos que se colocam entre a Independência e a Abolição e a República, as elites nacionais, nos marcos da ilustração, do romantismo e do pensamento racial cientificista, supuseram uma nação e discutiram-na veementemente em termos de sua simetria, sempre díspar, com a raça e o povo que a compunha. Desde a visão orgânica de Robert Southey (1981), informada pelo conservadorismo inglês pré-vitoriano e pelo humanitarismo autoritário, a respeito da transformação da obscura colônia portuguesa em nação independente (Dias, 1974: 1-19), à cândida dissertação de C. F. von Martius, "Como se deve escrever a História do Brasil", oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845 (Martius, 1982:

*Nota*: Este artigo começou a ser elaborado no decorrer do meu estágio de pós-doutorado, nos anos de 1993-94, contando com financiamento FAPESP. Diferentes partes deste texto foram apresentadas nos seguintes congressos: Mini-Simpósio História dos Sonhos, PUC/ USP (1996), Congresso da LASA (1997) e Encontro Regional da ANPUH (1998).

85-107), aos românticos empedernidos e naturalistas cientificizantes, as questões do caminho da evolução e de seu contraponto, a degeneração, nortearam o debate das elites intelectuais do Império.

Questão paradigmática do jovem Império transplantado nos trópicos, o vir-a-ser "natural" da colônia em nação independente, portadora de uma história e geradora de um povo, marcou as discussões intelectuais e políticas, principalmente da geração de 1870. Entre os bem-pensantes desta geração, na qual se destacam nomes como os de Sílvio Romero, José Veríssimo, Tavares Bastos e Joaquim Nabuco entre outros, as discussões raciais e políticas, relativas à constituição do povo/nação, configuravam uma série de matrizes do pensamento social brasileiro, e a leitura hoje destes "clássicos" ilumina dilemas profundamente presentes na maneira como o Brasil se concebe ainda na atualidade.[1]

No emaranhado dos debates, emoldurados pelos limites da expansão capitalista do século XIX e início do XX, pelo imperialismo inglês e pelo cientificismo naturalizante, alguns autores e suas obras, transcendendo o conjuntural de suas colocações, tornaram-se clássicos, sendo até hoje motivo de estudos acadêmicos, teses universitárias e estudos especializados. Mais uma vez Sílvio Romero, em suas diferentes fases, e mais ainda Euclides da Cunha, nos *Sertões* (1985 [1902]), são exemplos fortes de uma produção que, embora datada em sua formulação aparente, soube superar os meros modismos, inscrevendo-se entre os autores seminais do pensamento social brasileiro.

Nem todos os escritores, intelectuais e pensadores do Império salvaram-se do descarte imposto pelo tempo. Muito pelo contrário, a maioria deles suportou mal a passagem do tempo e a superação dos modismos, sendo lidos hoje muito mais como fontes históricas do que como obras de interesse do assunto a que se referem. No entanto, é muitas vezes no círculo dos autores menos notáveis, ou de menor gabarito, que se encontram idéias e formulações que por um motivo ou outro enraizaram-se no pensamento popular, abriram espaço no rol das certezas estabelecidas, sobrevivendo assim num plano diferente daquele em que seu autor as havia concebido originalmente. Note-se que foi neste período tão fértil em termos da discussão do perfil da nação, da nacionalidade e de seu povo, que uma série de concepções bastante oportunísticas vieram estabelecer as certezas da História Pátria, ufanista e laudatória, como ainda hoje podemos encontrar nos manuais de história do nosso secundário.

Minha terra tem palmeiras, tem sabiás, tem Ceci e Peri, tem Princesa Isabel com sua pena de ouro, tem índio bom – tupi – e índio ruim – tapuia –, tem aquele negro bondoso, o Pai João, tem suas nhanhás e seus senhores patriarcais, tem paisagens de deixar qualquer naturalista estrangeiro boquiaberto. Um pouco mais tarde apareceram também Tiradentes, Pedro II, bonachão e de barba branca, Jeca Tatu, redimido, lógico, pelo Biotônico Fontoura, e – como esquecer? –

Macunaíma. Repassando na memória algumas destas imagens, ainda tão presentes no imaginário popular a respeito do caráter brasileiro, poder-se-ia reconstituir todo um aspecto do processo de formação nacional. Ou ainda, folheando *Por que me ufano do meu país*, de Afonso Celso (1943 [1900]), exemplo mais bem acabado de um apanhado geral de nossas certezas e orgulhos nacionais, poder-se-ia pensar que muitos dos autores ditos "menores", isto é, aqueles que não sobreviveram à crítica interessada, nem à passagem do tempo, podem ter exercido, na constituição do repertório de imagens nacionais, um papel tão importante quanto o que exerceram os chamados escritores consagrados. De fato, preencheram eles o importante papel de construtores dos mitos da nacionalidade,[2] tornando-se assim os nossos mitógrafos.[3]

Este teria sido o caso, por exemplo, de José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898). Tendo trafegado por diferentes estilos literários e temas de interesse de sua época, tais como a crítica literária, o romance, o ensaio histórico, a narrativa de viagem e o jornalismo, Couto de Magalhães participou dos principais debates e tendências da segunda metade do século XIX.[4] Tal senso de oportunidade, de escrever sobre aquilo que se acha em pauta, de conceber de maneira exata a formulação que vem ao encontro das aspirações do momento, de preencher as expectativas do imaginário popular, é, fora de dúvida, uma qualidade excepcional que faz com que sua obra, embora carente de uma base sólida, seja hoje significativa para o desvendamento das matrizes de uma certa história do Brasil. Pois, sendo apontados por seus críticos, já à época de sua publicação, como compilações apressadas de temas de interesse,[5] nem por isso deixaram seus livros de alcançar razoável sucesso de público e foros de seriedade, que lhes renderam uma aceitação acima do que se poderia esperar para uma obra que, em seu conjunto, se atém a apresentar uma miscelânea de teorias da época, sobretudo retiradas do paradigma evolucionista,[6] e observações ligeiras e superficiais sobre os mais diferentes assuntos. Não que seus livros sejam maçantes; pelo contrário, neles sobressai um estilo simples e direto, do homem de ação que, observando de maneira objetiva e desinteressada os problemas de sua pátria, quer com ela colaborar.

Acompanhar a obra de Couto de Magalhães, sua atuação pública, bem como suas reflexões íntimas sobre ambos os aspectos, enseja mais do que uma biografia de um medalhão do Império. De fato, o que sugere esta análise, mais do que o perfil de um notável do Império, é a imagem de um indivíduo que, encarnando a figura do engendrador de mitos, dedicando sua vida em prol da nacionalidade, soube expressar uma certa configuração do Brasil. Tendo sido o criador de muitas matrizes do imaginário brasileiro, suas formulações podem ser detectadas em diferentes vertentes do pensamento nacional desde as últimas décadas do XIX até os estertores do Estado Novo, senão depois: por exemplo, na historiografia do nativismo colonial; na formulação do pensamento indigenista

positivista do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional e do indigenismo engajado da República; na construção da mitologia em torno do tupi – o índio bom e hospitaleiro de nossa terra –, tanto em seu ramo mais antropológico, onde deságua na concepção do bom selvagem e do caboclo, como em termos de seu papel na constituição da história de São Paulo e de sua raça de gigantes; finalmente, nas raízes de um certo autoritarismo nacionalista e militarista que percorreu todo o período em questão.

Nas férias escolares de 1859, recém-formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, à qual deveria retornar no período seguinte para apresentar sua tese doutoral, dedicou-se Couto de Magalhães a rascunhar às carreiras, como ele próprio observou, dois textos totalmente díspares entre si, em termos de estilo e assunto. Foram eles "Um episódio da história pátria (1720)" (Magalhães, 1862) e *Os guaianás – Conto histórico sobre a fundação de São Paulo* (Magalhães, 1902 [1860]), obras que, embora saídas da pena de um jovem estudante, ganharam notoriedade e lhe facultaram a entrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, abrindo-lhe precocemente as tão almejadas portas dos contatos políticos e das relações pessoais de interesse. Não há como não detectar na façanha do jovem escritor o extremo senso de oportunidade, consubstanciado em dois primorosos mitos da historiografia nacional. Sobre sua incursão literária, afirmava jovialmente Couto em carta a seu então amigo e colega, o futuro conselheiro Homem de Melo:

> Esse pequeno conto [Os guaianás] é, como tudo o que tenho escrito, feito aos trombalhões e às carreiras. Lembras-te ainda daquele nosso bom tempo de saudosa memória da Rua da Forca? Formávamos um grupo engraçado e cômico, sobretudo quando nos reuníamos na sala de jantar. O Ferreira Dias palpitava de entusiasmo lendo o Lamartine. V. estudava história pátria como um fanático, gesticulava repetindo os enérgicos discursos fervorosos da época da independência; eu passeava de um lado para outro, com uma gravidade tudesca, estudando alemão. (Magalhães, 1975a: 10)

Descrevendo o ambiente alegre da academia, na qual, à tradição jus-naturalista antepunha-se um conteúdo programático eclético e díspar que acabava por alimentar o autodidatismo dos estudantes e o clima de debates, Couto justificava a missão desta na formação de um "mandarinato imperial de bacharéis". A tais indivíduos caberia suprir os diversos movimentos políticos e correntes de idéias em voga no país a partir da década de 1820 até o ocaso do XIX, porém sempre sob a perspectiva da construção do Império-nação e da produção de sua justificativa histórica (Adorno, 1988: 91-156).

Ora, o ensaio "Um episódio da história pátria (1720)", escrito em tom nacionalista e laudatório do "espírito de independência do brasileiro", dava corpo a uma das matrizes explicativas mais importantes da história nacional, que é a do nativismo. A revolta fiscal ocorrida em 1720 nas Gerais, no decorrer do governo do conde de Assumar,[7] tratada, ao menos inicialmente, como mero episódio de desobediência popular contra a cobrança da derrama pelo próprio conde de Assumar, a quem cabia debelar o movimento, ganhou mais tarde, como se comprova do relatório do mesmo conde, foros de insurreição, dada a necessidade de justificar a repressão draconiana a que foram submetidos seus participantes.[8] Couto de Magalhães, ao retirar do esquecimento este obscuro episódio da história regional de Minas, foi capaz de transformá-lo num evento significativo do sentimento nativista, inscrevendo-o no suposto processo histórico de constituição da nacionalidade. Configurada desta forma, a episódica revolta de Felipe dos Santos ganhou *status* de movimento protonacionalista, antecessor da Conjuração Mineira, a qual esclarece, fornecendo-lhe a certeza de um pulsante sentimento popular anticolonialista e nativista.

Afirmava Couto neste ensaio:

> A história lutando com as sombras que condensam-se nesses três séculos, tem-lhe desfigurado a majestade, pintando o brasileiro sujeito a uma escravidão ferrenha, na qual nem ao menos ousava queixar-se. Não é assim; a escravidão foi dura, é certo, mas dura foi também a resistência: então, lutamos muito! O governo português vivia como um Hércules com a hidra de Lerna: por uma cabeça que cortava, renasciam duas, que era mister combater de novo. (Magalhães, 1862: 515)

Se o brasileiro não se dobrava à tirania metropolitana, necessário era forjar seus heróis e seus mártires, nos quais o destino da rebeldia e do auto-sacrifício estivesse claramente expresso. Como não há mito sem herói, não sem razão Couto terminou seu texto sublinhando não apenas o caráter heróico de Felipe dos Santos (que nem ao menos era o líder da pretensa revolta), mas, igualmente, sua similitude com Tiradentes. Atente-se para os recursos a partir dos quais o autor transformou Felipe em principal partícipe da revolta e herói nacional do cunho dos mártires da pátria.

> Dos conjurados um houve que, além de criminoso era impenitente. É Felipe dos Santos de quem atrás falamos. Filho do povo não era ele o cabeça, mas foi o braço mais enérgico dos conjurados. Era uma dessas almas excepcionais, cuja têmpera resiste aos golpes mais cruéis do destino. No dia antecedente ao que estamos, ele foi conduzido perante as justiças; os outros conjurados compraram a vida desculpando-

> se; Felipe dos Santos sabia que pagaria com a cabeça as palavras que ia dizer: com a consciência do homem que reconhece ter feito um voto de heroísmo, ele levantou-se sereno perante o juiz, e confessou de pleno, diz o general, todos os seus crimes. (Magalhães, 1862: 542)

E não importou muito que sua interpretação tenha sofrido críticas que acusavam o exagero das tintas com que havia pintado a importância do episódio e o heroísmo dos participantes, fato este debitado, por alguns críticos, na conta da juventude do autor (Carvalho, s/d, e Neiva, 1940): o fato é que a Revolta de 1720 foi alçada ao *status* de movimento nativista e popular, fazendo parte, até hoje, dos cânones da nossa história oficial.

Se Couto havia afiado seus dotes de mitógrafo na construção da revolta nativista, chegou a se utilizar de todos os seus talentos no trato da equação que se fazia em torno do índio e do caboclo como elementos fundantes do povo brasileiro. Partindo de uma abordagem evolucionista e monogenista-católica e acompanhando a voga do nativismo indianista dos românticos, dedicou a maior parte de seus esforços intelectuais à construção do mito do índio bom e perfectível, célula-mater de toda possibilidade de constituição de uma nacionalidade brasileira. Já em seu primeiro trabalho, o conto *Os guaianás*, escrito igualmente nas famosas férias de 1859, criava ele a matriz do que veio a ser uma corrente da historiografia paulista. O romance narra a história da fundação de São Paulo, interpretando-a como fruto da atuação dos jesuítas e sua missão catequizadora e da colaboração espontânea dos índios guaianases, tidos como tupis. Se, por uma parte, o viés valorativo da ação jesuítica proposto por Couto nesta obra constituiu uma abordagem importante na defesa da catequese como estratégia civilizadora, e foi reutilizado como modelo para o indigenismo das décadas seguintes, a construção da figura do tupi como célula da nacionalidade marcou profundamente a historiografia.

Importante é observar que o romance *Os guaianás*, publicado em 1860, foi reeditado em folhetim em 1897 no *Jornal do Comércio*, por iniciativa de Eduardo Prado.[9] Monarquista convicto e agitador da Revolta da Armada de 1893 – na qual Couto acabou acusado de participação, o que o obrigou a exilar-se do Brasil temporariamente –, Eduardo Prado aproximou-se da obra, reutilizando-a. Proprietário do *Jornal do Comércio* e católico conservador, organizou junto com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo as comemorações do tricentenário da morte de Anchieta em 1897, como atividade subsidiária de sua propaganda monarquista católica (Levi, 1977: 217-242). Note-se que um dos últimos textos de Couto, "Anchieta, as raças e línguas indígenas", escrito com vistas à participação em tal evento, vinha reforçar a crença na missão histórica dos jesuítas, de implantar a civilização no Novo Mundo. Ao mesmo tempo, surgia este texto como o mais claro libelo nacionalista por ele forjado. A construção de

um imaginário a respeito da constituição de uma raça americana aparece aí de forma mais cabal. Isto pode ser visto, por exemplo, nos seguintes excertos:

> Nós não somos, pois, nem europeus nem africanos. No colossal cadinho da América do Sul já se fundiram, e continuam a fundir-se, os sangues das três raças, produzindo uma americana, a brasileira, que há de ser forte e poderosa, como a raça yankee da América do Norte; essa também não é européia nem africana, e sim americana; a nossa há de ser grande e poderosa, porque é inteligente, forte, sóbria, laboriosa e pacífica, e porque o território de nosso país, com uma só língua e uma só religião, pode conter, segundo os cálculos de Elisée Reclus, mais de trezentos milhões de habitantes. (Magalhães, 1975c [1897]: 152)

Esta concepção de raça americana, por sinal, havia começado a ser construída por Couto ainda nos tempos de estudante, com seu conto histórico a respeito da fundação de São Paulo. Belos, nobres, civilizáveis, ao mesmo tempo rudes: os tupi-guaianases que conformariam a base da "nacionalidade paulista" apareciam no romance como modelo do bom selvagem, no qual repousava a identidade do homem americano. Ora, se a construção da dicotomia entre os índios bons e maus, entre tupis e tapuias, remontava ao período colonial e respondia a toda uma estratégia de apresamento e utilização da mão-de-obra nativa (Monteiro, 1994), esta mesma percepção, recuperada por Couto em 1859, e mais tarde, nos anos finais do século, por diversos intelectuais, servia como base ideológica da preeminência paulista.[10]

De fato, nos anos iniciais da República, em São Paulo, uma interessante contenda envolvendo de um lado Capistrano de Abreu e outros estudiosos e, de outro, a intelectualidade paulista, demonstrava a importância do mito do tupi na construção da historiografia local. Interessada em justificar a dianteira econômica paulista na virada do século, a elite do Instituto Histórico e Geográfico, do Museu Paulista e de outras instituições elaborou as figuras do herói bandeirante e do mameluco adaptado, através do falseamento de assertivas históricas, baseando-se exatamente na matriz explicativa oferecida por Couto em seu romance. Que, na realidade, os guaianases de Couto fossem tapuias, parece ser questão fora de dúvida. Os motivos que levaram a intelectualidade paulista a se aferrar veementemente a um erro histórico tão crasso, expondo-se facilmente às críticas, é questão que deve ser compreendida exatamente no contexto de constituição de um imaginário a respeito da nacionalidade brasileira. Nesta interpretação, as relações entre tupis, jesuítas, bravos bandeirantes e o processo de mestiçagem davam origem ao mameluco, enquanto personagem do mito sagrado da nacionalidade paulista. Esta célula-mater serviria mais tarde, como

denota o texto de Couto de Magalhães sobre Anchieta, para expandir a concepção da origem do paulista, funcionando como matriz explicativa do processo de formação de um povo brasileiro e de uma raça americana.

Não foi outro o objetivo que Couto perseguiu ao escrever sua obra mais famosa, *O selvagem*. Escrita para figurar na Exposição de Filadélfia em 1876, esta obra, de caráter oficial, uma vez que foi composta a pedido do próprio Imperador, realiza plenamente o mito do tupi como raça brasileira, superior em suas qualidades, perfectível em seu devir e base positiva para a mestiçagem, processo responsável pela viabilização do homem americano. Otimista em seu conjunto, *O selvagem* não é mais do que um *pot-pourri* de idéias então em pauta, como evolucionismo e monogenismo, tingido por afirmações pretensamente científicas ou observações diretas de caráter antropológico. Com uma abordagem extremamente simpática ao índio e a seu papel histórico na construção da nação, Couto propunha a ocupação do sertão interior do Brasil através da civilização pacífica dos índios. A matriz da missão civilizatória dos índios, que considerava fundamental para o progresso do país, surgia sem dúvida como uma releitura modernizada da ação jesuítica, reafirmando o papel da adaptação do civilizado ao mundo indígena. É neste contexto que Couto constrói a idéia do tupi-nhengatu como língua geral de todos os grupos indígenas do Brasil e como meio de comunicação entre os mundos do selvagem, do branco e do caboclo, cimentando uma fictícia unidade do Brasil, de norte a sul, desde os tempos coloniais até meados do XIX.

Contestando as teses mais pessimistas a respeito das raças americanas e das possibilidades de progresso das regiões não europeizadas, como a do sertão interior do Brasil, Couto de Magalhães desenha um futuro quadro promissor, no qual caboclos fortes, inteligentes e adaptados suportariam a carga mais pesada da implantação do progresso nas regiões recuadas e selvagens do país, oferecendo sua contribuição à constituição da nacionalidade. Expandindo sua noção de índios para a de mestiços, nosso autor redesenha a História do Brasil a partir do pressuposto do processo constitutivo de uma raça americana-brasileira:

> O caipira de São Paulo e Paraná, o caboré de Goiás e Mato Grosso, o gaúcho do sul e repúblicas platinas, e o tapuio do norte, que não são senão o índio americano, ou o mestiço seu descendente, representarão na produção da América do Sul um papel tão importante quanto o branco, desde que se atribuam a eles os produtos das indústrias pastoris e extrativas, nas quais são o braço que trabalha e, portanto, o instrumento principal das mesmas indústrias. (Magalhães, 1975b [1876]: 69)

Mitógrafo de talento, em *O selvagem* Couto de Magalhães colocava em pauta uma série de visões otimistas sobre o Brasil e seu futuro, a partir de uma

avaliação explicitamente nacionalista, na qual costumes, danças, hábitos, comidas e religiões considerados verdadeiramente brasileiros são valorizados, em contraponto crítico aos hábitos das elites europeizadas, consideradas estas sim como decadentes e degeneradas. A partir da valoração da raça americana e de sua cultura é que Couto se bate contra a idéia da imigração européia e da política de branqueamento, em voga no fim do XIX e início do XX, como estratégia para a constituição do almejado povo brasileiro:

> Talvez que com os fatos que passo a expender, compreendamos que, ao passo que gastamos quase esterilmente milhões com a colonização européia, é triste que figurem em nossos orçamentos apenas duzentos contos para utilizar pelo menos meio milhão de homens já aclimados e mais próprios, mesmo pelos seus defeitos e atrasos, para arcar com os miasmas de um clima intertropical como o nosso, e com a selvageria de um país ainda virgem, onde a raça branca não pode penetrar sem ser precedida por outra, que arroste e destrua, por assim dizer, a primeira braveza de nossos sertões. (Magalhães, 1975b [1876]: 66)

Ou ainda:

> Conceda Deus paz ao grande Estado de São Paulo, não permita que a raça americana dos caboclos continue a ser oprimida e eliminada; permita Deus que ela seja educada e que enriqueça e, no futuro, quando falarem dos velhos paulistas, hão de dizer: foi um dos maiores e mais notáveis povos da terra. (Magalhães, 1975c [1897])

De fato, a obra de Couto de Magalhães, sobretudo *O selvagem*, alcançou tamanha notoriedade entre as mesmas elites criticadas por sua europeização e desprezo pelos hábitos nacionais-caboclos que sua publicação alimentou toda uma moda tupinológica nas últimas décadas do século XIX. O espírito nativista do autor encontrou tal ressonância que a ele se atribui o exótico modismo que atacou muitas famílias "patriotas", fazendo-as trocar seus nomes tradicionais-lusitanos – Sousas, Pereiras, Almeidas e Oliveiras – por outros de coloração indígena, como Caramurus, Acaiabas, Tibiriçás, Periassus, entre outros (Jorge, 1970: 93).

Associada à construção de uma raça americana-cabocla, uma outra abordagem da constituição da nação foi largamente explorada por Couto. Trata-se da questão da navegação a vapor e da implementação, no bojo da conjuntura modernizante da segunda metade do XIX, da infra-estrutura de transportes no país. Condição primeira para a penetração e implementação do capitalismo internacional no Brasil, o desenvolvimento das comunicações atrelava-se tanto ao objetivo geopolítico ligado à integração do país quanto à questão do progresso.

Retomando o suposto objetivo histórico dos jesuítas, que seria o de possibilitar a ligação da Bacia Amazônica com a do Prata através da navegação, e assim estabelecer um amplo arco civilizatório tupi-guarani-nhengatu, Couto, nomeado presidente da província de Goiás aos 24 anos de idade, realizou a exploração do complexo Araguaia-Tocantins-Marajó, passando a advogar o estabelecimento da navegação comercial a vapor na região (Magalhães, 1975a [1863]). Seu livro de viagem, escrito no calor da juventude e decalcado na figura mitológica do explorador destemido e do herói civilizador, está eivado de observações nostálgicas a respeito da natureza do sertão, do insondável mistério de sua geografia. Sua visão mítico-nostálgica da paisagem brasileira surge como fonte de identidade, como território de construção do ser brasileiro. Escrevia Couto referindo-se a uma das praias do Araguaia:

> Aqui, o deserto é de uma majestade tão imponente, que assombra e abate o espírito. Para qualquer parte que lancemos os olhos, enxergam-se planícies sem fim, que se vão tornando cada vez mais azuladas, até que de todo se confundem com o céu. O menor obstáculo, o mais insignificante outeiro não encrespa a superfície da terra: tudo é vasto, majestoso e melancólico como o infinito. (Magalhães, 1975a [1863]: 102).

São imagens fortemente carregadas de emoção, a ocasionar expansões do coração, sentimentos de devaneios melancólicos, próprios de uma percepção romântica da natureza decalcada tanto do ufanismo nativista da época quanto da construção da prosa romântica brasileira, conforme descrita por Flora Sussekind (1990).

A paisagem do sertão, constituindo a matéria de origem do ser americano, incluía também o selvagem. Identificando a oposição entre natureza e cultura apenas para a civilização branca, Couto vê no contínuo da natureza a figura do bom selvagem, do índio feliz e inocente:

> Sentado sozinho numa das praias, eu lançava as vistas em torno do horizonte: é impossível que faça idéia da vastidão delas quem não tem percorrido essas planícies. No meio do ar transparente e calmo, erguiam-se, enoveladas, e em direções diversas, colunas de fumaça; ao oriente, indicavam a morada dos ferozes Canoeiros; ao poente, as diversas tribos da nação dos Xavantes; ao norte, a dos Carajás. (Magalhães, 1975a [1863]: 132)

No entanto, se é lá, no deserto, que reside a fonte, a própria possibilidade de constituição de uma identidade americana original, a marcha da história impõe sua quebra e destruição. Contraditória, sua visão romântico-nacionalista,

ao mesmo tempo que se apegava ao sertão, às zonas não-civilizadas, como detentoras do segredo de nossa originalidade enquanto raça e nação, concebia a imposição do progresso, da integração, enfim, a conspurcação da cena originária da identidade como situação inescapável e mesmo desejável. O conflito entre estas duas tendências, a angústia causada por estas duas percepções surge recorrentemente nos escritos de Couto. Se a paisagem é bela e confrange por seus mistérios, urge que dela se aproprie o progresso, a civilização, a racionalidade:

> A vastidão desses desertos abatia-me, entretanto, o espírito. Diante de tanta grandeza, o homem sente o nada de sua existência, a insignificância de suas forças, o vão e estéril das lutas pela vida. Para consolo da melancolia que me traziam estas considerações, à imaginação se me afiguraram essas margens povoadas de risonhas cidades; a onda do rio era turvada pela pá estridente do vapor, e vi confundir-se com a plumagem verde dessas florestas, o lastro negro que deixa sua fumaça. (Magalhães, 1975a [1863]: 132).

Imagem forte, a inexorabilidade do progresso, com sua fumaça poluidora da virgindade mítica-ancestral da natureza americana, resume e sintetiza um conflito interior. Nacionalista de primeira água e mitógrafo de talento, como o temos descrito ao longo deste texto, Couto de Magalhães foi, no entanto, um bem-sucedido empresário das vias de transporte e um entusiasta dos investimentos estrangeiros no Brasil. Tendo fundado a Companhia de Navegação do Araguaia em 1868, com o beneplácito das autoridades, a bênção do bispo e a subvenção de Sua Majestade Imperial, tingia sua iniciativa com as cores da fidelidade ao Império, da civilização dos índios e do incremento do progresso do grande deserto interior brasileiro[11] – conjunção esta expressa nos dizeres em tupi que mandou gravar no rochedo de uma grande cachoeira que se encontrava no caminho do vapor:

> Sob os auspícios do sr. D. Pedro II, passou um vapor da Bacia do Prata para a do Amazonas, e veio chamar à civilização e ao comércio os esplêndidos sertões do Araguaia, com mais de vinte tribos selvagens, no ano de 1868. (Celso, 1898: 499-518).

No entanto, nos anos seguintes Couto reivindicou insistentemente a melhoria das condições de subvenção da companhia[12] e, na ausência de uma resolução economicamente satisfatória, negociou a concessão da exploração do serviço com o goiano João José Correia de Morais. Este, por volta de 1887-88, com o beneplácito do fundador, transferiu a empresa para uma companhia norte-americana, a Pará Transportation and Trading Company (Leite, 1936: 109). Embora nacionalista ferrenho, Couto de Magalhães, conhecedor das praças

e mercados de negócios internacionais, investia em ações e negociava com banqueiros internacionais os investimentos, sobretudo ingleses, que naquela altura, a partir da década de 1870, entravam no Brasil na forma de leitos ferroviários e companhias de navegação. A construção da Estrada de Ferro do Rio Verde (Rio and Minas Railway Company) e os tortuosos negócios realizados por Couto em Londres para sua realização – descritos no *Diário íntimo* – ilustram a extrema contradição de sua atuação. Ideólogo e mitógrafo do viés nacionalista do Império, representava ele igualmente os conscientes esforços despendidos pelas elites, em nome do progresso e em proveito próprio, com vistas a integrar o Brasil aos quadros da expansão capitalista-imperialista do período.

Tendência geral das elites brasileiras do XIX, a questão da europeização e do nativismo, da originalidade e da integração, do ser americano, sendo cosmopolita e colonial, percorria a atuação destes homens do Império que falavam português, mas pensavam em francês e negociavam em inglês.[13]

Assumindo-se na pele do grande desbravador, do Livingstone brasileiro – como ele próprio gostava de se descrever, sendo seguido por todos os seus biógrafos[14] – pairava por trás da figura do herói civilizador a angústia da identidade, das permanências e impermanências, das transformações rápidas, da perda dos valores tradicionais, do valor da história, do correr do tempo que a tudo desfaz, implacavelmente. É o que se lê, por exemplo, em texto constante de seu *Diário íntimo*, intitulado *Make the best of it* (Magalhães, 1998: 236-242). Confrontando os atos humanos com a pujança da natureza, em sua inexorável atividade, Couto descobria o relativismo. Interessado como sempre foi nas ciências práticas, para ele a descoberta da existência dos microorganismos, os estudos astronômicos que determinavam tanto a pequenez da terra quanto as distâncias e tamanhos colossais com os quais se descrevia o cosmos, estimulavam reflexões acerca da fatuidade humana. O desejo de deixar uma marca indelével, de garantir a posteridade, a imortalidade, chocava-se com a majestade da natureza, que a tudo desfazia com seu impulso poderoso e obscuro. Anotava ele:

> Nas excitações cerebrais que resultam de nossas paixões e nos desgostos que sentimos ao vermo-nos contrariados nada há que acalme mais prontamente o espírito do que a comparação da pequenez de tudo quanto nós e até a própria humanidade podemos fazer em comparação com o que faz a natureza. A pretendida imortalidade dos atos humanos não alcança no máximo 5.000 anos, ao passo que só um dos movimentos da terra ao longo do círculo polar consome 25.765 anos... Se das coisas que se medem pelo tempo passamos àquelas que se medem pelo tamanho, a pequenez, o nada do que pode fazer a humanidade em confrontação com [o] que faz a natureza é ainda tanto ou mais aparente... (Magalhães, 1998: 237-238)

Ora, o mesmo tipo de angústia, ligado à percepção de uma ausência de contornos definidos, de padrões imutáveis e de certezas definitivas que permitissem o constante atrelamento dos atos humanos a uma direção e a um sentido, garantindo a perpetuidade de uma história evolutiva e perfectível, aparece num trecho de seu romance de juventude, *Os guaianás*. Neste, buscando restabelecer o elo entre as gerações passadas, sua missão civilizatória heróica, e o presente, tão carente de padrões e certezas, Couto se refere igualmente à obra silenciosa da natureza virgem, que desconhece a história e faz pouco caso de seus desejos de imortalidade:

> Como esses lençóis de nevoeiro que por vezes se estendem de madrugada sobre os nossos vales, e que os primeiros raios do sol dissipam, sem que fique o mais leve vestígio, assim têm passado as gerações por sobre a nossa terra da América. (Magalhães, 1902 [1860]: 7)

Se por um lado Couto dedicou o melhor de sua vida e de seus esforços para garantir a perpetuidade da identidade cabocla-indígena-brasileira, escrevendo e decantando o valor da nacionalidade, ao encarnar a figura do herói civilizador, pretendia garantir a sobrevivência de seu próprio nome. Queria fazer a história, como o personagem romântico de tantos folhetins de aventuras em terras exóticas, com os atos destemidos e verdadeiramente hercúleos próprios do explorador-aventureiro, possibilitando a construção da epopéia nacional, gerando a figura do herói nacional.

A perseverança, o destemor e o heroísmo foram qualidades heróicas com as quais se muniu Couto de Magalhães na fundação da Companhia de Navegação do Araguaia. Entre os episódios aventurosos muito bem descritos em todas as biografias sobre ele escritas, em que se incluem cachoeiras perigosas, naufrágios, atos limítrofes entre a grandeza e a loucura, um se destacou fortemente. Foi aquele em que Couto, superando o descrédito geral, fez desmontar nas margens do rio Paraguai um vapor de guerra para transportá-lo por terra até o Araguaia, onde foi remontado e lançado à água, inaugurando a navegação a vapor naquele rio.

A epopéia de tal viagem, que aproxima Couto dos delírios de Fitzcarraldo e seu sonho de civilização nas selvas, foi assim descrita pelo *Jornal do Comércio* de agosto de 1868:

> O transporte efetuou-se em 16 carros, que conduziam em caixas, além do vapor desmanchado, tornos, forjas, todo o material de uma oficina para armá-lo e fazê-lo funcionar regularmente, ferramentas adequadas a repará-lo, fundir ferro e bronze das peças da máquina que se deteriorassem... A viagem dos carros foi de 100 léguas através de bravio sertão, desprovido de tudo. Eram eles escoltados por 20 praças, com machados e enxadas, a abrirem picadas, construírem pontilhões à

> medida que avançavam. Vários ficaram pelo caminho, prostrados de fadiga ou vítima de sezões. Houve desinteligência entre os chefes, malogrando-se quase a expedição. Não cessavam os jornais de vaticinar que os restos do infeliz vapor seriam afinal abandonados e se perderiam no deserto intransitável. (apud Leite, 1936: 105-106)

Ato heróico, que se justifica frente ao desejo de imortalidade, de garantir um lugar na história, uma referência de sentido e de destino. Destino heróico individual, que poderia substituir as antigas permanências oferecidas pelas famílias e sua perpetuação através do nome e das propriedades. É como se a descoberta da fatuidade do tempo implicasse o esforço desmedido de superação da mediocridade da história humana e de sua desimportância frente aos mistérios da natureza; como se, ensanduichado entre as visões de uma natureza pujante porém avessa à perpetuação das marcas da história e à profunda mudança de perspectiva que impunham a modernidade, as descobertas científicas e o relativismo, restasse apenas o herói individual:

> E isto é a vida! As alegrias tão poucas, tanta ansiedade, e por fim de contas morre-se e aí fica tudo. Eu tenho a ambição de fundar alguma coisa que preserve meu nome do esquecimento. Penso que esses antigos senhores feudais que fundaram famílias foram felizes. Quando, porém, se lê a história da humanidade fica-se desanimado; a mais antiga família do mundo não alcança a mil anos; à exceção das ruínas não há coisa alguma que ature há mais de mil anos; e o que são mil anos em comparação com as épocas geológicas? O que é que eu posso fazer que iguale nem de longe ao que fez Mohammed, Confúcio e qualquer dos heróis da história humana? Nada; no entretanto, onde estão suas famílias? Tudo está desaparecido na voragem do tempo. (Magalhães, 1998: 112-113)

Resistindo a entregar-se à voragem do tempo e às forças selvagens da natureza, Couto dedicava-se à criação dos mitos da pátria. Baseado na mitologia romântico-nacionalista que lançava o indivíduo na busca de sua face na história, tentou encarnar ele próprio a figura do herói civilizador. Porém, em seus sonhos, anotados sistematicamente entre janeiro e março de 1881, no decorrer de rigoroso inverno londrino, Couto entregava-se totalmente às forças misteriosas das paisagens míticas e indevassadas, onde coexistiam rios caudalosos, animais exóticos, vegetações luxuriantes, caboclos, índios e negros, irmanados numa convivência instituída não pelas normas da sociedade, mas pela subjetividade do autor:

> Pessoas: meus dois irmãos Antonio e Antonino. Um fogo do qual haviam sido tiradas formigas. Umas árvores, e eu atracado do galho de uma delas, ameaçado de quebrar...(Magalhães, 1998: 191)

> Depois minha alma transportou-se para uma capoeira velha, onde o terreno era rico, e de onde brotavam numerosos cocos de acuri que faziam o solo rachar, e a pessoa que comigo estava ia cortando alguns deles para deixar a terra rachar livremente. (Magalhães, 1998: 194-5)

Um fogo de onde se tiram formigas, cocos que fazem o solo se abrir, mostrando suas entranhas, galhos que se quebram, imagens onde a segurança do próprio chão perde-se na voragem das forças naturais.

Os personagens destes sonhos, caboclos, índios e negros, a raça americana imaginada por Couto de Magalhães, também trafegam por este espaço onírico, porém revoltando-se contra sua apropriação:

> Sonhei com um crioulo que se fotografava e na fotografia depois de impressa a fotografia conservava a faculdade de rir. E no riso se parecia com Timóteo, ou com algum desses que eu conheci. (Magalhães, 1998: 111)

No entanto, apesar das angústias que teimavam em irromper durante a noite, o próprio Couto reconhecia que era no universo onírico das lembranças e dos sonhos, e nos territórios dos sentimentos e das paixões, que residiam os verdadeiros móveis de sua própria história individual.

Uma história movida a sonhos e paixões justificava a construção da mitologia romântico-nacionalista do indivíduo em busca de sua face na história:

> Muitas vezes de manhã cedo estamos tristes, indispostos, alegres, desejando viajar, com projetos e idéias que de todo estavam ausentes de nossa cabeça na véspera; ignoramos como é que essas impressões se produziram no dito cérebro; para mim elas são o mais das vezes resultados de sonhos [de] que não conservamos memória, mas cuja sensação subsiste; é assim que a primeira idéia que eu tive de ir para Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai me veio em um sonho que me figurava com o Dr. Danim, ambos a cavalo, em um campo, discorrendo a propósito das probabilidades de vitória ou derrota. Devo notar que a minha ida ao Mato Grosso determinou por assim dizer o resto da minha existência, e tudo na minha dita vida se encadeia àquilo tão profundamente que o meu destino seria totalmente outro se eu não houvesse feito a dita viagem. (Magalhães, 1998: 210)

## *Notas*

*1.* A respeito, ver Ventura (1991), Sussekind (1990) e Rouanet (1991).

*2.* Aqui chamo atenção para a análise de Hayden White (1992: 17-58) acerca da meta-história no século XIX, quando ele afirma que esta depende da elaboração de um enredo que, em última análise, torna plausível a narrativa, fazendo surgir uma estória arquetípica, isto é uma *história*. Assim, a historiografia romântica e nacionalista seria uma projeção do *mythos* da individualidade na história, ou seja, do motivo do herói.

*3.* Laura de Mello e Souza me chamou a atenção para o termo "mitógrafo", do qual se utilizou para analisar a construção do episódio de Felipe dos Santos na Revolta de 1720 elaborado por Couto de Magalhães em 1859. Ver seu estudo crítico de um relato setecentista sobre este incidente em Souza (1994: 21-25).

*4.* Ver, por exemplo, "Destino das letras no Brasil", o conto *Os monges*, o romance histórico *Os guaianás*, o ensaio histórico "Um episódio da história pátria (1720)", a obra antropológica *O selvagem*, o livro de viagem *Viagem ao Araguaia.*

*5.* Ver, a respeito, Romero (1888), bem como as introduções em Magalhães (1975a e 1975b).

*6.* Aqui me utilizo da expressão "paradigma evolucionista" nos termos formulados por Lima (1987).

*7.* Sobre a Revolta de Felipe dos Santos e a construção do mito nativista a partir desse episódio, ver Souza (1994: 21-25).

*8.* Ver Conde de Assumar, "Cartas do Capitão General a El-Rei – Um episódio da história pátria", anexo ao citado "Um episódio da história pátria" (Magalhães, 1862: 545-564).

*9.* Couto de Magalhães Sobrinho, "Prefácio", in Magalhães (1902: XII).

*10.* Nesta parte nos baseamos no artigo de Monteiro (1992: 125-135).

*11.* Para maiores informações a respeito das atividades econômicas desta personagem, consultar a introdução de minha autoria ao *Diário íntimo* de Couto de Magalhães (1998: 9-44).

*12.* Conforme consta: Couto de Magalhães, "Relatório dos negócios da Empreza de Navegação", 1871.

*13.* Como, por exemplo, reconhece Joaquim Nabuco em *Minha formação* (1963). Análise de extremo interesse a respeito da europeização presente no ideário das elites latino-americanas pós-independência aparece em Pratt (1999: 295-338).

*14.* Como Aureliano Leite (1936), José Couto de Magalhães e Couto de Magalhães Sobrinho, autores dos prefácios e revisões dos livros do pai e tio, e Afonso Celso (1898).

## *Referências bibliográficas*

ADORNO, Sérgio. 1988. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARVALHO, Feu de. s/d. *Ementário da história mineira – Filipe dos Santos Freire na Sedição de Vila Rica*. Belo Horizonte, Edições Históricas.

CELSO, Afonso (Afonso Celso de Assis Figueiredo). 1898. "José Vieira Couto de Magalhães. Subsídios para uma biografia", *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano 3, p. 499-518.

———. 1943 [1900]. *Por que me ufano do meu país*. 12ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet.

CUNHA, Euclides da. 1985 [1902]. *Os sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Brasiliense.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. 1974. *O fardo do homem branco. Southey, o historiador do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

JORGE, Miguel. 1970. *Couto de Magalhães. A vida de um homem*. Goiânia, Departamento Estadual de Cultura.

LEITE, Aureliano. 1936. *O brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro, Sauer.

LEVI, Darrell E. 1977. *A família Prado*. São Paulo, Cultura.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1987. "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da *Proteção Fraternal* no Brasil", in OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de, org. *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. UFRJ/Marco Zero. p. 149-204.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. 1862. "Um episódio da história pátria", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 25, p. 515– 564.

———. 1902 [1860]. *Os guaianás. Conto histórico sobre a fundação de São Paulo*. São Paulo, Tip. Espíndola, Siqueira e Cia.

——— 1975a [1863]. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

———. 1975b [1876]. *O selvagem*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.

———. 1975c [1897]. "Anchieta, as raças e línguas indígenas". Reproduzido em Magalhães (1975b: 141-159).

———. 1998. *Diário íntimo*. Introdução e notas de Maria Helena P. T. Machado. São Paulo, Companhia das Letras.

MARTIUS, Carl F. P. von. 1982. "Como se deve escrever a História do Brasil", in *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. São Paulo, Edusp, p. 85-107.

MONTEIRO, John. 1992. "Tupis, tapuias e a história de São Paulo. Revisitando a velha questão guaianá", *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 34, novembro/1992, p. 125-135.

———. 1994. *Negros da terra*. São Paulo, Companhia das Letras.

NABUCO, Joaquim. 1963. *Minha formação*. Brasília, Ed. da UnB.

NEIVA, Artur. 1940. *Estudos de língua nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

PRATT, Mary Louise. 1999. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru, Edusc.

ROMERO, Sívio. 1888. *Etnografia brasileira. Estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislao Neto*. Rio de Janeiro, Liv. Clássica de Alves.

ROUANET, Maria Helena. 1991. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo, Siciliano.

SOUTHEY, Robert. 1981. *História do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia. 3 vols.

SOUZA, Laura de Melo e. 1994. "Estudo crítico", in *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte, Sistema Estadual de

Planejamento/Fundação João Pinheiro, p. 21-25.

SUSSEKIND, Flora. 1990. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem.* São Paulo, Companhia das Letras.

VENTURA, Roberto. 1991. *Estilo tropical.* São Paulo, Companhia das Letras.

WHITE, Hayden. 1992. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX.* São Paulo, Edusp.

*(Recebido para publicação em dezembro de 1999 )*